



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO
CONTEXTO ESCOLAR NO ÂMBITO DA GESTÃO**

IDINEZ FERREIRA DOS SANTOS

SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO
CONTEXTO ESCOLAR NO ÂMBITO DA GESTÃO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob orientação do Professor Alexandre Gomes Soares do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, 2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos aqueles que me impulsionaram a mais essa conquista e vitória em minha vida profissional, em especialmente aos meus filhos Jardel dos Santos Martins e Jarliane dos Santos Martins.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao Deus Pai, por todo amor e pela graça do dom da vida, aos colegas por toda contribuição, carinho e incentivo nessa longa jornada e a minha família, pela imensa vontade de ver a minha conquista, muito obrigado pelas suas orações e incentivo. Ao ex. secretário de educação municipal Auriélio Matos e a Maria Aparecida Lopes. Ao mestre, Alexandre Gomes Soares e as assistentes do curso: Aline Gabrielle Pereira e Denise França Stehling.

EPÍGRAFE

“A aquisição do conhecimento tanto por meio da escrita ou leitura, consiste em atividade bastante confusa. Ao ponto de ser uma atividade extremamente complexa e envolve problemas não só semânticos, culturais, ideológicos, filosóficos, sociais, mas até fonéticos” (CAGLIARI, 1995, p.149).

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar a importância da avaliação de aprendizagem no contexto educacional, a qual exerce uma função essencial na construção do conhecimento do aluno, visando propor medidas que sane as falhas detectadas no decorrer do processo de ensino. Assim, o estudo focaliza a necessidade de analisar esse processo na Escola Municipal Milagrosa. A qual impulsiona a instituição escolar assumir uma gestão democrática visando assegurar aos alunos uma educação de qualidade e, inserindo a comunidade a exercer um trabalho em parceria com a escola. Sobretudo, no que diz respeito à parte administrativa e pedagógica, de modo que a gestão seja transparente e eficiente. Por fim, o trabalho destaca a importância do Projeto Político Pedagógico, o qual pode contribuir muito na construção do saber crítico e intelectual do aluno.

Palavras-chave: Avaliação, Aprendizagem, Gestão, Parceria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM, UM NOVO PARADIGMA NA CONCEPÇÃO EDUCACIONAL	10
1.1 A Avaliação e sua Importância na Concepção dos pesquisadores estudados....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	19

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido por meio das análises e questionamentos na elaboração e na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Milagrosa, localizada na cidade de Santo Antônio do Jacinto Minas Gerais, o qual contribuiu de forma decisiva na concepção e nas definições contemporânea, no que se reflete e prioriza a necessidade de promover uma educação de qualidade, tendo por base nos princípios democráticos e éticos, os quais apontam para uma eficiência na educação.

Nesse contexto, o trabalho apresentado estará focalizando a importância da avaliação no processo de ensino e aprendizagem e a relação da gestão escolar nesta ação. A qual faz parte integrante do seu cotidiano, bem como são percebidos os efeitos dessa metodologia em favor do processo de ensino/aprendizagem onde visa sondar os avanços e detectar possíveis lacunas que ocorre durante a aquisição do conhecimento formal.

Diante da importância desse recurso pedagógico, o tema é justificado na necessidade de compreender o processo avaliativo, como algo fundamental para o desenvolvimento e crescimento do aluno, no que se refere a sua formação social e intelectual, tendo em vista que a função da avaliação visa auxiliar na motivação de explorar as habilidades e capacidade do homem.

Nessa perspectiva, o objetivo geral do estudo se concentra em demonstrar a importância da avaliação de aprendizagem, na formação do conhecimento formal do aluno, onde a mesma é focalizada como algo significativo no ato educacional, propiciando oportunidades que possam sanar as deficiências ocorridas durante o processo de ensino. Tendo em vista o contexto social dos alunos onde a escola está localizada, num bairro desprovido de muitos recursos financeiros e, que a escola passa a ser um ponto de referência para a população local.

Pretendeu-se buscar como a avaliação vem sendo ministrada na instituição escolar, compreender seus efeitos na construção do conhecimento, identificar a importância de aplicar uma avaliação contextualizada e apreender o conceito de avaliação na concepção dos pesquisadores.

Assim, para o desenvolvimento do trabalho, para uma estruturação e um questionamento pertinente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, sendo

focalizadas as categorias dos autores estudados. Posteriormente foram feito um levantamento das fontes a serem utilizadas, fichamento das referências, a elaboração da ficha bibliográfica e o desenvolvimento da análise no qual adotou-se as seguintes aportes teóricos: BRASIL (1998, 2004), CURY (2010), CRUZ (2004), DOURADO (2010), FREIRE (1986), GONÇALVES et al (2013), HOFFMANN (1993, 1991), LEMOS (1993), NAVARRO (2010), PERRENOUD (1992), PPP DA ESCOLA MUNICIPAL MILAGROSA (2013), RIBEIRO (1991) E VYGOTSKY (1998).

Sendo que o resultado da temática abordada e desenvolvida, por meio dos autores estudados e da realidade da Escola Municipal Milagrosa se apresenta por meio do tema: a importância da avaliação de aprendizagem no contexto escolar no âmbito da gestão.

A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM, UM NOVO PARADIGMA NA CONCEPÇÃO EDUCACIONAL

A educação nos dias atuais precisa está voltada para a construção do conhecimento a partir de uma gestão democrática, a qual possibilita a inserção de escola e sociedade, no processo de formação do homem. Tendo em vista os resultados das pesquisas recentes revelam que essa relação proporciona aos alunos no contexto escolar. Segundo as abordagens defendidas por Dourado (2010) o processo de gestão é parte decisiva e eficiente na obtenção do resultado da educação, onde uma gestão ativa e interativa passa a ser um instrumento essencial para pensar em educação de qualidade.

Na leitura e análise dos artigos 3º e 15º da Lei de Diretrizes e Bases de Nº 9.394/96, o documento descreve que a gestão escolar deve ter uma característica e atuação democrática e transparente no decorrer do processo educacional, onde se deve priorizar e promover uma autonomia na parte pedagógica e administrativa das unidades escolares, sempre priorizando o diálogo com os profissionais e com os diversos setores sociais.

No que se refere à Escola Municipal Milagrosa, segundo o Projeto Político Pedagógico (2013), percebe-se nas práticas da gestão escolar e pedagógicas o dinamismo e o anseio de chegar a essa meta e democratização da gestão, pois a mesma exerce uma educação contextualizada, em conjuntura social, política e cultural, a qual visa e motiva a instituição escolar em promover a unidade, solidariedade e a inserção da comunidade no contexto escolar dos alunos.

A gestão atual da Escola Municipal Milagrosa, ver como meta a necessidade de criar uma sociedade justa, crítica e participativa, incentivando e formando os alunos de acordo com as exigências da própria sociedade, já que a localização da escola está situada num bairro muito discriminado, por alguns grupos da própria população. A partir dessas considerações, cabe lembrar que na perspectiva apresentada por Vigotsky (1998, p. 160) a respeito da influência sociocultural, no processo de desenvolvimento humano, destaca-se a “interação criança/adulto, no sentido de possibilitar avanços do aprendizado contextualizado à realidade vivenciada, e nesse leque de interações a aprendizagem pode ser incentivada nas relações familiares”.

Nessa relação Dourado (2010) compreende a importância de que a escola seja democrática, mobilizando e estimulando a uma integração da família na vida escolar do aluno. Tendo em vista os efeitos benéficos dessa parceria. Já que se pode perceber que a influência sociocultural é um fator marcante na formação da personalidade do homem.

Torna-se necessário romper as estruturas tradicionais enraizadas, as quais visavam punir em vez de educar e de oferecer oportunidades, para que o aluno possa adquirir o conhecimento por meio das inúmeras formas disponíveis. Para Dourado (2010) é necessário transformar o contexto escolar, o qual é preciso passar por adaptações e adotar um suporte tecnológico, que tende a trabalhar as habilidades e competências dos alunos, diante dessa nova ordem globalizada.

Para Brasil (2004) a gestão escolar precisa rever sua didática organizacional, e estruturar o funcionamento da instituição pública, no que refere a sua forma política, pedagógica, administrativa e financeira, a qual deve estar concentrada num único objetivo, o qual é oferecer uma educação de qualidade e que condiz com o anseio do aluno contemporâneo.

De acordo com essas abordagens e os conhecimentos, os quais foram vistos e obtidos no decorrer do processo de construção do Projeto Político Pedagógico, acredita que o processo de avaliação da Escola Municipal Milagrosa, ainda está em processo para uma prática eficiente, na construção do conhecimento intelectual e social do aluno, pois foi detectado algumas lacunas cometidas nessa prática, a qual ainda não se concentra numa totalidade de auxiliar os alunos, devido os entres tradicionais que perdura no contexto escolar.

O que movimenta a escola a pensar em alternativas pedagógicas que possa assegurar o aluno o domínio do conhecimento necessário essencial para sua formação.

Frente essa nova visão e concepção de se pensar em avaliação, a qual é vista como um “no novo paradigma, é um processo mediador da construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos” (PERRENOUD, 1999, p. 12).

Assim, a avaliação deve ser compreendida como um instrumento favorável à aquisição do conhecimento, a qual deve apontar medidas e ações que vise melhorar o rendimento escolar do aluno.

Mas para que isso ocorra, segundo Cury (2010) a escola deve favorecer um trabalho democrático, contando com toda a comunidade escolar e sociedade. Então assim, a escola irá assegurar e garantir a educação de qualidade ao alunado.

1.1 A Avaliação e sua Importância na Concepção dos pesquisadores estudados

Ao falar sobre avaliação Willis (1994) afirma que ela é um processo determinante no processo de aprendizagem, onde ver sua função em determinar mérito ou adequação, ou até mesmo valor há alguma coisa. Sendo visível descrevê-la como uma forma de pesquisa, as quais por meio dos resultados direcionam uma transformação na prática docente e, que a partir dos resultados devem impulsionar aos professores, quanto aos alunos a experimentar uma nova reformulação nos métodos de ensino. Paralelo a esta afirmação cabe mencionar que

Avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação - reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformulada (HOFFMAN, 1993, p.134).

Para a autora mencionada, avaliar é possibilitar inúmeras formas de ações, que possam permitir ao aluno acesso ao conhecimento, de modo que o leve a um crescimento crítico, impulsionando para uma formação ativa e participativa na sociedade.

Avaliar, segundo Paulo Freire (1986), o autor destaca a necessidade do ato avaliativo, o qual é compreendido como uma possibilidade de reflexão sobre si, bem como do mundo que o rodeia.

No que tange a metodologia avaliativa da Escola Municipal Milagrosa é bem definida, a qual segundo o PPP deveria ocorrer de forma continuada e paralela ao longo do ano, a qual está sob a orientação do professor. Mas aparentemente a mesma não tem surgido o efeito esperado, devido à falta de conhecimento sobre o ato avaliativo, bem como do seu emprego.

Segundo Navarro (2010) para avaliar é preciso ter metas e objetivos a serem alcançados, pois se no decorrer da avaliação tais atos não forem observados pode prejudicar o avaliado. Podemos elencar também que a “avaliação é um julgamento sobre uma realidade concreta ou sobre uma prática, à luz de critérios claros. Assim, três elementos se fazem presentes no ato de avaliar: a realidade ou prática julgada, os padrões de referência e o juízo de valor” (CANEN, 2001, p. 98). Ou seja a escola ao avaliar o aluno deve obedecer algumas considerações que vise validar o processo, onde o aluno deve ser submetido a uma sondagem prévia da realidade a qual vai ser avaliada.

Ribeiro (1991) acredita que avaliação é um ponto fundamental para o sucesso da aprendizagem, a qual pode fornecer bases para o aperfeiçoamento do aluno e da educação, visando à inserção de medidas e mudanças na prática docente.

Importante e desafiante é repensar as práticas educativas, envolvendo não só os alunos, mas também professores, coordenadores, diretores e todos que fazem parte do processo, um recorte para uma intervenção psicopedagógica. Portanto, na atuação do professor, existe uma fragilidade em relação ao aluno que não se sustenta pela psicologia nem pela pedagogia, principalmente nos dias atuais (PORTO, 2007, p. 97).

Nas abordagens do autor supracitado, o contexto educacional, de certo modo desafia a gestão escolar, a propor práticas educativas que possa envolver e atrair não só os alunos, mas todos os funcionários da instituição escolar. É preciso que a escola possua uma gestão pautada na abertura de oportunidades, criando soluções internas e externas, que seja capaz de rever e pensar no melhoramento da escola.

Nessa perspectiva, a Escola Municipal Milagrosa precisa está organizando e se estruturando, a qual deve obedecer aos critérios que favoreça uma transparência na organização escolar, o que possibilita credibilidade no âmbito escolar. Sendo necessário inserir a sociedade nos processo de decisão a ser tomado na escola visando seu bom funcionamento.

Ao mencionar o termo avaliação, esse processo visa orientar os alunos na aquisição do conhecimento, mas para que esse processo se consuma a própria

escola necessita de passar por inúmeras modificações estruturais, bem como políticas públicas que favoreçam essas mudanças.

Cury (2010) menciona que a qualidade do ensino, está concentrada na transformação e mudança que o contexto atual obriga a escola a se adequar.

A avaliação de aprendizagem exercida na escola, por sua vez precisa está em consonância com uma gama de fatores, os quais foram mencionados no Projeto Político Pedagógico da escola, os quais vão desde uma organização física e uma estrutura pedagógica favorável. Propiciando um contexto apto para a aprendizagem.

Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional (DOURADO, 2010, p. 3).

Frente a esse desafio, inerente ao próprio contexto de cada escola, ver-se a necessidade de que a equipe da instituição escolar se organize e estabeleça metas e objetivos que priorize uma dinâmica voltada para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Assim, segundo Gonçalves e Carmo (2001, p. 22) “a administração escolar pressupõe um filosofia e uma política que a norteiam, seguindo prioridade estabelecida para a educação resultante de uma reflexão profunda, sistemática e contextual dos problemas educacionais da realidade”.

Mediante o contexto abordado no trabalho, a avaliação de aprendizagem deve está inserida de forma que contemple toda a estrutura organizacional da escola, pois a avaliação é uma ferramenta que tende a auxiliar o processo educacional. Já que a mesma implica um valor sobre algo ou alguém, num processo que deveria ser simples, mas aparentemente se torna complexo devido à falta de compreensão sobre o tema, pois a finalidade da avaliação não é punitiva e vingativa, mas um mecanismo que visa sondar a aprendizagem do aluno, propondo soluções e ações que supere suas deficiências.

Hoffmam (1991) salienta que a avaliação não pode ser reduzida e vista pelo contexto de história e experiências. O que muito tem acontecido no contexto

educacional. Para a autora, a avaliação deve ser mediadora, ou seja, aquela que analisa e observa o aluno em sua particularidade, não reduzindo suas potencialidades. Mas criando mecanismo propício para a construção do seu desenvolvimento intelectual.

De acordo com Cruz (2004, p. 02) a avaliação:

Auxilia o aluno a aprender a se desenvolver; modifica também as práticas do professor; redireciona as ações de todos os seus autores; implica na coleta de informações, na interpretação e reflexão sobre elas e na tomada de decisões sobre como dar sequência ao processo de apropriação do conhecimento. A avaliação do aluno é abrangente e compreende: conhecimentos, atitudes, habilidades e interações.

A avaliação deve ser compreendida como uma metodologia que favoreça a construção do conhecimento, o qual deve ser ministrada, de forma concreta e sem equívocos, no que diz a sua função pedagógica, que consiste em sondar as falhas no processo de ensino e incentivar aos alunos e professores a vencerem esse desafio em conjunto.

Enfim, a Escola Municipal Milagrosa, ao avaliar o aluno necessita propor um questionamento sobre a prática pedagógica, visando ações futuras que sane as lacunas no decorrer do ensino/aprendizagem dos alunos no município de Santo Antônio de Jacinto em Minas Gerais, levando em conta o contexto histórico do aluno.

Para Lemos et al (1993) o princípio avaliativo precisa está voltado para a capacidade de promover uma igualdade de oportunidades e direitos, visando o sucesso, a dinâmica, a correção e a percepção de observar o desenvolvimento dos quais estão sendo submetidos ao processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações feitas, torna-se possível perceber a importância que o Projeto Político Pedagógico exerce na instituição escolar, o qual propõe medias e ações eficientes na prática educacional. Priorizando uma fundamentação teórica e, ao mesmo tempo apresentando estratégias que possa assegurar ao aluno uma educação de qualidade. O qual aponta para a necessidade de preparar o gestor, para assumir uma gestão democrática e participativa, inserindo toda a comunidade escolar e os diversos segmentos da sociedade, tendo a função de preparar o aluno para a vida social, cultural e intelectual.

Assim, durante o trabalho a avaliação de aprendizagem é vista como um recurso utilizado em favor da construção do conhecimento, a qual tende a sondar a aprendizagem do aluno e, posteriormente criar mecanismos, ações e estratégias que possa sanar e corrigir as deficiências que possa interferir na construção do conhecimento do aluno.

Cabe ressaltar que a avaliação nunca deve ser vista com um ato para punir e excluir, mas ela deve ser vista como um componente essencial que favorece a aprendizagem do aluno. Priorizando sempre a oportunidade de propor melhorias no explorar e trabalhar as habilidades e competências do aluno.

Portanto, essa pesquisa contribui no processo de ensino e aprendizagem do aluno, bem como apresenta fundamentação teórica e empírica para melhorar a forma de gestão na escola, incentivando aos gestores a assumir uma gestão democrática e participativa, incluindo sociedade, família e escola em favor do conhecimento.

O que impulsiona dá continuidade ao estudo, a partir da importância do tema para a vida social e intelectual do aluno, promovendo a adesão de uma escola democrática e dinâmica, a qual utilização e acompanha a evolução dos tempos. Apontando passos para uma educação contextualizada e, inserindo o aluno como o processo globalizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Gestão da Educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em: 17/05/2013.

CRUZ, Vera Maria Silvestri. **Avaliação da aprendizagem: manifestações sobre a prática pedagógica e o discurso de novas possibilidades**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UDESC, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em:< moodle3. mec.gov.br/ufmg.> Acesso em: 18/05/2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital /monografias>> Acesso em: 10/05/2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade**, 1993.

-----**Avaliação para promover**. Porto Alegre-RS. Educação e Realidade, 1991.

LEMOS, V. **O Critério do Sucesso** - Técnicas de Avaliação da Aprendizagem. Porto: Texto Editora. 5ª ed, 1993.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto**, 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 07/05/2013.

PERRENOUD, Phillipe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano; NOVOA, Antonio. **Avaliações em educação**. Lisboa: Educa, 1992. p. 155-73.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Milagrosa, 2013.

RIBEIRO, L. **Avaliação da Aprendizagem**. Porto: Texto Editora, 3ª ed, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



ESCOLA MUNICIPAL MILAGROSA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**IDINEZ FERREIRA DOS SANTOS
MARIA D'AJÚDA ARAUJO
MAURÍCIO RODRIGUES MARTINS**

SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, 2013



ESCOLA MUNICIPAL MILAGROSA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, 2013



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	09
3. CURRÍCULO	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	16
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

O Centro Municipal de Educação, o qual tem o nome de Escola Municipal Milagrosa do município de Santo Antônio do Jacinto, leva em conta a Lei de Diretrizes e Base da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os dispostos nos parâmetros Nacionais – PCNS, para propor um desenvolvimento eficiente na aprendizagem oferecida.

A Escola Municipal Milagrosa foi criada no ano de 1999, em Santo Antônio do Jacinto, quando foi construída pela então Prefeita Rozilda Francisco da Silva, por meio de um projeto do Deputado Federal Aracely de Paula que viabilizava o recurso para a construção da referida escola. A qual passou a funcionar no Bairro Liberdade, na Rua João Feitor sem número, tendo telefone de contato da secretaria municipal de educação, cujo número é (33) 3747-1360, sendo o mesmo o número de fax. Tendo a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto, como sua entidade mantenedora.

Na arquitetura e no planejamento inicial, a escola teria a princípio duas salas de aula, uma cantina, dois banheiros, uma sala para professores, secretaria e um pátio coberto. Posteriormente isso foi modificado devido à demanda de alunos, aumentando o espaço construído, onde foram feitos mais salas de aulas, despensa e um laboratório de informática, podendo atender em média duzentos alunos.

Assim, a escola passou a ser um ponto referencial no bairro, propiciando uma integração constante com a comunidade e, inserido-a ativamente na vida escolar, tendo em vista os inúmeros benefícios que essa ação tende a construir no cotidiano da sociedade de Santo Antônio do Jacinto.

A instituição escolar, que faz parte da esfera municipal, atua com a oferta da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e com o projeto de Educação de Jovens e Adultos.

Tendo um público de cento e vinte alunos, atendidos por 08 professores, 01 supervisor escolar, 01 diretor, 05 auxiliar de serviços, 01 porteiro, 01 inspetor municipal, 01 vigia noturno e 01 bibliotecário.

Numa percepção salutar, a população atendida pela escola é composta em sua maioria por famílias de baixa renda, já que a localidade onde a escola está situada é um bairro recém formado, concentrando em sua volta pessoas

desprovidas de recursos financeiros. Mas são pessoas acolhedoras e solidárias, apesar de no contexto social da comunidade local existir muitos desafios, os moradores são obrigados a conviver de forma contínua, com a violência e as investidas de usuários de entorpecentes químicos.

Apesar da simplicidade da Escola Milagrosa, ela consegue de forma dinâmica e dentro das suas possibilidades, inserir as famílias, as quais se empenham na elaboração e estruturação dos projetos, do PPP, grupos de leituras e outros. Isso talvez seja o diferencial que a escola utiliza para enfrentar os desafios impostos pela sociedade capitalista, visando a qualidade da educação, a ser oferecida aos alunos.

1 - FINALIDADES DA ESCOLA

A sociedade contemporânea é assinalada pela diversidade de informações e conhecimento. A informação e o conhecimento são difundidos de forma muito rápida e abrangente. O que exige uma rápida transformação no âmbito social.

Dourado (2010) ao falar em educação de qualidade, acredita que a mesma ocorre a partir da adoção de suporte tecnológico, que possa proporcionar aos alunos novas habilidades na aquisição do saber.

Assim para Sancho (2006), com o surgimento das tecnologias de informação e comunicação, ambas são constituídas por recursos tecnológicos e computacionais utilizados para a criação e manipulação no uso da informação na atualidade. Assim é preciso que a escola crie uma dinâmica que seja capaz de introduzir sua clientela no contexto atual.

Na concepção de Behrens (2000) a educação é considerada como um instrumento indispensável não somente para o mercado de trabalho, como também para a vivência da cidadania, transferindo para a escola o papel de contribuir mais fortemente na formação de crianças e jovens.

Nesse contexto, Dourado (2010) aponta a forma de gestão, como instrumento essencial para se pensar em educação de qualidade.

Ao que consta a LDB 9.394/96 em seus Artigos 3º e 15º, ambos afirmam que a gestão escolar deve assumir uma forma democrática de ensino, na qual precisa promover uma autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, em parceria com os profissionais de educação e com a sociedade.

Assim também, a instituição escolar municipal, tem definido bem seus objetivos, no que se refere à formação que pretende ofertar aos seus alunos, os quais priorizam:

- ✓ “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, art. 3º);
- ✓ Garantir uma educação de qualidade, vivenciando valores éticos e morais;
- ✓ Promover a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem do aluno;
- ✓ Garantir a entrada e a permanência do aluno na escola;
- ✓ Incentivar os valores de solidariedade, respeito, cidadania, para que o aluno se torne responsável e competente;
- ✓ Educar a emoção e autoestima, construindo uma ponte produtiva nas relações sociais;
- ✓ Estimular a ousadia, cultivando a criatividade para a formação de pensadores;
- ✓ Construção da autonomia, ou seja, a formação de cidadãos capazes de assumir uma proposta crítica e criativa frente ao mundo;

Nessa proposta a Escola Municipal Milagrosa, enfatiza o anseio de criar uma sociedade mais justa, humana, fraterna e democrática, com homens críticos, politizados, reflexivos, justos e solidários, de ampla visão de mundo, capazes de superar os preconceitos sociais, pois o ser humano é o sujeito principal da construção da sociedade e, por conseguinte da história.

Para Dourado (2010) essa realização de uma escola democrática e participativa será feita mediante uma integração da família na vida escolar do aluno, já que a família é vista como a base de formação inicial do filho, pelo processo de imitação. Também é preciso levar em conta a historicidade dos alunos, seu contexto social, cultural, econômico e político.

De modo geral, pode-se afirmar que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no

estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos. (DOURADO, 2010, p. 13).

De acordo com as orientações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Brasil (2004), gestão pública é uma maneira de estruturar o funcionamento da instituição pública, no que diz respeito aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, pedagógicos, dentre outros, tendo por fim a finalidade deixar transparecer as ações desenvolvidas.

Portanto, sua missão se concentra em promover a integridade física e emocional do aluno, trabalhando de forma igual e completa, assegurando-lhe um ensino de qualidade onde o mesmo possa adquirir a compreensão da leitura, da escrita e do cálculo. Também formar o aluno na liberdade responsável para exercer a cidadania consciente e para que possa enfrentar os desafios emocionais e profissionais que encontrará ao longo da vida, auxiliando-o numa atuação eficaz e transformadora.

No que tange às propostas da LDB 9394/96, a escola tem na cidadania seu eixo orientador e se compromete com valores e conhecimentos que viabilizem a participação efetiva do aluno na vida social e política, em função disso, apresentam diretrizes de ensino, onde prioriza a realidade social e incentiva a superação das dificuldades.

A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, art.2º).

Por fim, diante da responsabilidade da família e do estado, serão agregados, sempre que possível, as temáticas que evidenciem os contextos da comunidade onde a escola está inserida.

Dentro dessa perspectiva e gestão democrática a escola prioriza algumas finalidades de base, como:

- ✓ Formar o ser humano reflexivo, e, por conseguinte, que goste de aprender, investigar continuamente, interagindo corretamente com a sociedade em profunda transformação;
- ✓ Desenvolver uma atitude de curiosidade e crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade;

- ✓ Proporcionar ao aluno condições de construir seus conhecimentos científicos e técnicos, culturais, sociais, estéticos e políticos, desenvolvendo suas competências intelectuais e emocionais;
- ✓ Proporcionar momentos de lazer, criatividade, para que o aluno possa demonstrar suas habilidades;
- ✓ Desenvolver competências para atuar no mundo do trabalho dentro dos princípios de respeito por si e pelos outros, exercendo sua cidadania de maneira crítica, criativa e ética;

A escola busca preparar o aluno para a vida ensinando valores como esperança, solidariedade, justiça, amizade, honestidade, união, dedicação e a vontade de aprender e de construir um mundo de paz. Sendo uma escola que valoriza o processo dialético e democrático, que visa à construção da autonomia, com uma proposta de sociedade livre, justa e solidária.

Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional (DOURADO, 2010, p. 3).

Mediante, essa afirmação, o PPP Da Escola Municipal Milagrosa pretende estabelecer metas, ações e objetivos a serem conquistados na dinâmica escolar, pois a parte pedagógica tem a função de assegurar a qualidade do processo de ensino, sempre propondo e incentivando a comunidade escolar para a construção de uma sociedade justa e democrática.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nessa dimensão é possível perceber uma diferença entre a estrutura organizacional administrativa e pedagógica, mas ambas favorecem o processo educacional conforme afirma Dourado (2010, p.21): “A qualidade do ambiente escolar e das instalações também concorre para a definição de condições de oferta de ensino de qualidade”.

No que tange a parte administrativa, é visto que a mesma se empenha na organização administrativa de toda a instituição escolar, cabendo a ela a função de organizar toda a parte burocrática. A parte pedagógica visa assessorar e promover as funções educativas, visando atingir uma educação precisa e de qualidade aos alunos.

2.1. Estrutura organizacional administrativa

Nas argumentações de Cury (2010), para que haja uma qualidade do ensino, torna-se necessário que ocorra um processo de transformação e mudança, no qual é preciso adequar às exigências contemporâneas.

No que se refere à Escola Municipal Milagrosa, ela dispõe das seguintes estruturas: uma biblioteca bem equipada, um secretaria, sala de professores com banheiro, cantina, sala de informática, depósito, seis salas de aula, pátio com cobertura, banheiros de alunos, despensa e uma cozinha bem organizada. Pode-se dizer que é uma obra moderna e bem conservada.

Ao secretariado fica o encargo e responsabilidade da organização burocrática e administrativa da escola.

A cantina possui um excelente espaço arejado, adequado para a produção alimentar da instituição.

A biblioteca é bem organizada e bem estruturada, tendo os dois turnos de funcionamento, para atender todos os alunos e inclusive alunos de outras escolas, incentivando a prática da leitura.

Os professores se reúnem numa sala bem estruturada e bem equipada com um mobiliário de boa qualidade, na qual todos apresentam suas propostas de trabalho e partilham suas vivências em sala por meio do diálogo, criando um laço de fraternidade.

O laboratório de informática reformado possui dez computadores que são usados pelos professores e alunos para os diversos trabalhos que são realizados na escola e também para a prática docente.

O quadro de funcionários da escola é estruturado e possui 01 diretor, que possui formação acadêmica em Normal Superior, 01 supervisor, formado em

pedagogia, 05 auxiliares de educação, todos com ensino fundamental completo, 01 secretário, possuidor do título em contabilidade de nível médio, 01 porteiro e um 01 bibliotecário, com formação em magistério, 01 vigia, tendo ensino fundamental incompleto e 01 inspetor municipal com ensino médio.

A escola dispõe de alguns mobiliários, como mesas, cadeiras, quadros negro, bebedouro elétrico, geladeira, fogão, armários, arquivos, aparelho telefônico e de fax, ventiladores de teto, ventiladores móvel, aparelhos de DVD, televisões, retroprojetor, caixa de som, computadores, impressora, livros didáticos, aparelho de som, máquina fotográfica, fotocopiadora, dentre outros.

Esses bens são utilizados com frequência pelos professores e demais funcionários, proporcionando o trabalho diversificado tanto em sala, bem como na parte administrativa.

Nessa base administrativa, a que se refere aos recursos financeiros, o Caixa Escolar tem por finalidade a prestação de assistência ao aluno, no que diz respeito à aquisição de material didático e alimentício, visando assegurar-lhe condições de eficiência e desenvolvimento saudável, para que o mesmo consiga vencer as etapas do processo de ensino.

A caixa escolar será regida por regulamento próprio, cujo funcionamento se dará em conformidade com os procedimentos administrativos e orientações do secretário de educação municipal. A participação da família e da comunidade na obtenção de recursos, sua aplicação e execução de atividades é sempre estimulada pela direção da escola.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

Tendo em vista a necessidade de conscientizar e orientar o aluno, a escola procura oferecer uma educação que possibilite ao aluno a interação com o meio em que se vive, enfatizando atitudes e valores que proporcionam a sua vida em sociedade, buscando uma melhor compreensão dos assuntos abordados.

No ensino fundamental, a proposta pedagógica da escola privilegia o ensino, enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno de potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, para isso, os

conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização.

Já a Educação infantil reconhecida como primeira etapa da educação básica, constitui direito inalienável da criança de zero a cinco anos e é dever do estado e dos municípios de acordo com a resolução nº 443/01, de 29 de maio de 2011 do Conselho Estadual de Educação. Nesse caso, a educação infantil é ofertada em creches para alunos de 0 a 3 anos e Pré-escola, para as crianças de 4 a 5 anos.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p.15).

Amparadas nas leis que rege a educação especial, as escolas devem matricular todos os alunos deficientes que a procurarem, competindo a ela se organizar e preparar para atender esse aluno e assegurar seus direitos, bem como lhe fornecer uma excelente educação. Assim, as crianças com necessidades educacionais especiais serão atendidas respeitando seus direitos em seus diferentes aspectos.

No âmbito educacional, deparamos com situações cotidianas que a todo instante nos impulsionam a reformular nossa prática metodológica em busca de êxito educacional, ou seja, em busca do melhor rendimento do aluno. Portanto, faz-se necessário que a escola possa privilegiar os métodos que ajudam os alunos a trabalhar em coletivo, fazer uso de eixos temáticos para tentar solucionar problemas, adequando a metodologia à realidade dos nossos alunos.

A metodologia deve estar voltada para o cotidiano tanto do aluno quanto da escola, para que a prática educacional possa atender às necessidades do aluno. Por isso a melhor metodologia aplicada em sala de aula é aquela em que os professores reformulam sua prática diária em busca de êxito dos seus alunos, e depois os mesmos se reúnem mensalmente com a gestão e supervisão.

A intervenção pedagógica será feita no início do ano letivo, após a aplicação de avaliação diagnóstica interna elaborada pela equipe pedagógica com o objetivo de identificar as capacidades não consolidadas, possibilitando a intervenção

pedagógica adequada e permitindo aos professores acompanharem o processo de aprendizagem dos alunos.

Também é sempre possível contar com reuniões periódicas, de forma mensal, entre os docentes. Segundo Cury (2010), a gestão democrática deve visar uma educação nacional transparente, na qual toda a comunidade deve ser participativa, procurando por meio do diálogo um crescimento educacional, que seja capaz de promover um projeto pedagógico de qualidade.

Nesse contexto, o educador precisa adotar uma relação de parceria com os alunos, favorecendo o diálogo, propiciando uma nova visão de mundo, problematizando a realidade em que se encontra inserido e levando-os a refletir sobre o conhecimento adquirido.

Dessa forma, é importante que o educador crie estratégias que possibilitem alfabetizar esses alunos na perspectiva do letramento, apresentando materiais que possuam relevância para sua vida, pois como nos relata Soares (1998) o aluno precisa perceber que aprender a ler e escrever tem uma finalidade, um uso social, por isso, as ações do professor devem refletir essa intenção.

Quanto aos critérios de ingresso na escola, há uma chamada pública da população e a matrícula na escola é realizada através do cadastro escolar. Cabe à Secretaria Municipal de Educação divulgar por todos os meios possíveis o edital de matrícula.

As turmas são organizadas de forma heterogênea, observando e obedecendo a faixa etária dos alunos. Há duas turmas de pré-escolar (uma para crianças de quatro anos e outra para cinco anos), cinco turmas do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e duas turmas do projeto EJA, sendo uma referente ao 1º ano do ensino médio e a outra agrupado em 2º/3º ano. São feitos reagrupamentos temporários de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos. Cada turma pode conter até vinte e cinco alunos em sala.

O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino. É exigida a frequência de setenta e cinco por cento do total de horas letivas do ciclo. A apuração da frequência é feita pelo professor que faz a chamada dos alunos, apontando a presença ou a ausência no diário de classe. A escola tem o dever de zelar pela assiduidade dos seus alunos às aulas, mantendo também os pais

permanentemente, informados, por escrito, da frequência de seus filhos em reuniões bimestrais.

3. CURRÍCULO

O currículo deve ir além da relação de domínio, poder e organização espacial, devendo valorizar as seguintes atividades: estudo do meio, eventos cívicos e comemorativos, visita à exposições artesanais e eventos, relação de ensino-aprendizagem e, buscar justamente o desejo de mudar, tornar consciente algumas situações que geralmente ficam ocultas como: aprendizagem de valores, compromisso, etc.

Prepondo sobre o tema, Lopes (2006) afirma que o currículo deve se organizar de forma que privilegie a educação básica, valorizando o próprio conhecimento como fonte de possíveis soluções.

Para Moreira (2010), o currículo atualmente é tido com uma aceitação considerável e de prestígio crescente, ao que se devem as diversas questões e discussões políticas oficiais, bem como o desenvolvimento de pesquisas atuais.

Nessa proposta ao fazer uma definição clara e concisa de currículo, Veiga afirma que:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA, 2002, p.7).

Mesmo tendo uma função estrutural do conteúdo a ser ensinado nas escolas, o currículo precisa ultrapassar horizontes, também deve ser flexível, viabilizando uma interdisciplinaridade, uma contextualização e fomentando uma formação transdisciplinar, permitindo a interação com outras áreas do saber, onde os temas transversais podem ser desenvolvidos em sala de aula por meio de projetos pedagógicos, isso de acordo com a realidade vivenciada.

Segundo Rocha e Borges (2007) a forma transdisciplinar é uma abordagem que visa o favorecimento da unidade do conhecimento. Proposta que visa fornecer estímulos de uma nova percepção da realidade, articulando elementos

que permitam uma integração, por meio das disciplinas. E ao propor um trabalho, por meio da interdisciplinaridade, Carlos (2010) propõe que essa articulação no currículo permita a construção do conhecimento de forma global, rompendo os limites das disciplinas.

Ainda, para Moreira (2010) é essencial que os currículos sejam implantados, a partir das investigações que priorizem as ações que passam na escola, na qual é preciso compreender o contexto escolar, para poder intervir de forma correta.

As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem. (BRASIL, 2002, p.2)

Ao elaborar um currículo, o mesmo deve apresentar propostas pedagógicas que priorize as etapas de cada modalidade de ensino, as quais podem ser desenvolvidas por meio de atividades práticas e projetos escolares. Projetos esses de intervenção, o qual conta com toda a comunidade escolar.

A proposta curricular da Escola Municipal Milagrosa está em consonância com a proposta municipal, que foi elaborada com diversos segmentos da comunidade, visando apontar e direcionar uma formação atual e dinâmica, inserindo e levando em conta a realidade da população atendida e da comunidade escolar como um todo. Nesse sentido, a escola fez adoção das diretrizes como modelo federal e estadual.

Objetivando uma organização estruturada e de acordo a atender os alunos em suas reais necessidades, no que tange fortalecer as relações e propostas pedagógicas, propondo uma adequação da metodologia aplicada, que favoreça o aluno e, fornecendo ao mesmo tempo material pedagógico atualizado, onde possa trabalhar atividades de forma contextualizada e interdisciplinar.

Assim, os temas transversais são trabalhados no decorrer das aulas, onde sempre prioriza a ética, o respeito à diversidade, saúde e cultura popular. Os quais também poderão ser trabalhados como projetos pedagógicos de acordo com a necessidade da turma.

No que diz respeito ao EJA, a escola adota uma educação de qualidade, mas ao mesmo tempo propõe algumas considerações e adaptações, que possa propiciar as esse alunos, um modelo diferencial, o qual desenvolve temas transversais e atuais visando sintonizar os alunos e motivá-los a vencerem essa etapa.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola Milagrosa organiza seu tempo e espaço escolar tendo como principal critério a faixa etária, para que o aluno possa conviver e compreender o que é de sua idade, desenvolvendo suas dimensões afetivas, emocionais, culturais, éticas entre outras.

Um dos elementos - chave na configuração da cultura escolar de uma determinada instituição educativa, juntamente com a distribuição e os usos do tempo, os discursos e as tecnologias da conversação e comunicação nela utilizados, é a distribuição e os usos do espaço, ou seja, a dupla configuração deste último como lugar e como território. (...) a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação de espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar – uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território (VIÑAO, 2005, p. 17).

Buscando sempre explorar outros ambientes como espaço de formação, onde todos os funcionários e alunos possam se movimentar de forma harmônica e que favoreça a construção do conhecimento do aluno de forma estruturada, competindo para que cada pessoa reconheça seu espaço, tempo e limite.

O ensino fundamental será ministrado em nove anos. Será adotado nos anos iniciais o regime de ciclo com progressão continuada e será organizada da seguinte forma:

- ✓ Ciclo da alfabetização com duração de três anos de escolaridade.
- ✓ Ciclo Complementar com duração de dois anos de escolaridade.

O ciclo de alfabetização, no qual ingressarão os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano em curso, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, todos os alunos sejam capazes de vencer as capacidades propostas para cada ano.

O ciclo complementar, no qual ingressarão os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever, terá suas habilidades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, sejam capazes de vencer as capacidades propostas para cada ano.

Quanto à organização do calendário escolar, a escola elabora o mesmo especificando:

- ✓ A data do início e do término do ano letivo, com o mínimo de duzentos dias letivos, bem como do início e do término do ano escolar;
- ✓ Os períodos de planejamento e matrícula, férias dos professores e alunos, recessos, cursos de aperfeiçoamento, reuniões pedagógicas, estudos orientados e reuniões;
- ✓ Os dias de comemorações cívicas, sociais e religiosas;
- ✓ Feriados;
- ✓ Os dias destinados à realização da assembleia da comunidade escolar;

Após aprovação, o calendário deverá ser cumprido na íntegra, devendo ser comunicada à Secretaria Municipal de Educação qualquer alteração ocorrida. Assim, o calendário escolar, respeitando as normas legais, é organizado pela equipe técnica e pedagógica da escola, sendo sempre discutido e aprovado pelo conselho municipal, cabendo ao inspetor escolar supervisionar o cumprimento das atividades previstas. Seus dias letivos são organizados em bimestres.

O processo de ensino, socialização e interação acontecem durante as atividades desenvolvidas do recreio, que tem duração de vinte e quatro minutos, tempo destinado à alimentação e a um breve momento de descontração. Nesse momento, os alunos se divertem e interagem no pátio coberto da escola. Já que a carga horária diária é de quatro horas.

Quanto à organização do quadro docente, seus professores são efetivos e tem uma carga horária de vinte e quatro horas semanais. Uma vez por mês se reúnem para planejar e discutir as ações pedagógicas necessárias. Nessas reuniões o grupo propõe medidas de intervenção, sempre de uma forma descontraída, solidária e por meio das suas experiências em sala.

Dentro da proposta de ensino da escola, o tempo é organizado de forma que os alunos e funcionários possam transitar e usufruir bem todos dos espaços da Escola Municipal Milagrosa. É estabelecido normas e condutas, que instruem e favorecem uma boa convivência dos alunos nos espaços escolares.

No que diz ao uso da biblioteca, a mesma funciona nos dois turnos, sendo que uma vez por semana, os professores levam os alunos para uma aula diferenciada, visando incentivá-los à prática da leitura.

O laboratório de informática é utilizado pelos professores, alunos e a parte administrativa, desde que sejam agendados os dias e horas de utilização antecipadamente. Ao que se percebe, a escola promove aulas de informática inserindo os alunos com a realidade tecnológica.

Muitas das atividades escolares, recreação, reuniões, apresentações e outras atividades, são desenvolvidas no pátio da escola, já que a escola não dispõe de uma quadra poliesportiva.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Para Gonçalves e Carmo (2001) a escola em seu processo de decisão, deve propor a formação plena do homem, no qual o homem possa ser capaz de participar de forma eficiente na sociedade produtiva e nas relações do trabalho. Ainda, segundo o mesmo autor esse é o motivo que impulsiona a acreditar na educação, onde ela é um passo decisivo na formação e concepção crítica.

Na Escola Municipal Milagrosa o processo de escolha do diretor escolar acontece através da indicação do secretário de educação, sendo orientado e instruído de forma a estruturar e favorecer a qualidade de ensino da escola. Portanto, compete ao gestor democrático e responsável em sua função, assegurar um trabalho voltado para a construção de uma escola que elabore sua concepção social, intelectual, democrática e ética de cidadão.

Acreditamos ainda que essa construção deve ser transparente e efetiva, no que diz respeito à parte pedagógica, sempre discutindo propostas, pois “a administração escolar pressupõe um filosofia e uma política que a norteiam, seguindo prioridade estabelecida para a educação resultante de uma reflexão

profunda, sistemática e contextual dos problemas educacionais da realidade. ” (GONÇALVES E CARMO, 2001, p.22).

Essas propostas devem ser decididas por toda a comunidade escolar, devem ser criados órgãos competentes, como o colegiado, ou o conselho escolar, que possam auxiliar a escola nessa gestão para a atualidade, tanto na parte pedagógica, como na administrativa, sendo necessário que a família e a sociedade sejam incluídas nesse processo democrático.

Fica visível a necessidade de criação de órgãos de representação escolar, como colegiados, conselho de classe, grêmio estudantil, os quais serão estruturados com representantes de alunos, pais, professores, diretor, supervisor e outros. Esses devem ser eleitos por assembleia e, posteriormente deverão se reunir periodicamente analisando, avaliando e traçando metas educacionais para a escola. Mesmo assim, a escola ainda não conta com nenhuma dessas representações.

Apesar da escola ter consciência da necessidade da criação desses órgãos, é possível perceber que a falta de representação acontece devido à interferência do secretário municipal. A Secretaria Municipal de Educação sempre reconhece a importância dos órgãos, mas afirma que a escola não está apta para esse “passo”, pois envolve muitas questões políticas.

Portanto, as decisões de ordem administrativa são tomadas, em sua maioria, por meio de decisões discutidas em assembleias, ou reuniões, o qual após o diálogo com o gestor e levando em conta o PPP, toma as devidas providências.

Quanto às decisões financeiras, essas são também tomadas em sua maioria pelo secretário municipal, que passa a se responsabilizar pelos recursos adquiridos, diante do levantamento das necessidades da escola.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho são construídas de acordo com a função de cada especificidade, nas quais são apontados critérios e funções atribuídas a cada funcionário. Estes, por sua vez, devem observar e fazer valer as normas e condutas direcionadas e ministradas pelas autoridades.

O perfil do profissional da educação deve ser antes de qualquer coisa ético. O profissional deve estar comprometido com a instituição, ser capaz de superar os desafios que são encontrados dia-a-dia na educação. Deve refletir sobre o contexto real em que se encontra, buscando solução para os problemas pertinentes às práticas educativas. O profissional da educação deve ser a ponte que faz a ligação entre o conhecimento e o aluno, ser flexível em suas atitudes e condutas.

Enfim, o perfil do profissional resume-se em: ética profissional, compromisso, coleguismo e ousadia para fazer uma educação diferente, sendo mediador de conhecimento criativo.

Na Escola Municipal Milagrosa, a gestão exerce com segurança, respeito e dedicação à função que lhe cabe, promovendo de forma organizada a interação entre os funcionários, articulando assim propostas pedagógicas, política e administrativa que favoreçam a comunidade escolar.

Na área da supervisão escolar, percebe-se que a supervisora fixa em administrar com responsabilidade e transparência sua função pedagógica, tendo por base o Regimento Escolar e as propostas do Projeto Político Pedagógico, promovendo uma socialização na instituição.

Aos professores compete a tarefa de desenvolver estratégias e metodologias para que as habilidades e competências propostas nas respectivas disciplinas sejam alcançadas. Também devem sempre procurar fornecer preceitos e a formação humana e social dos alunos.

Os auxiliares de limpeza em parceria com os demais funcionários da escola propiciam um ambiente bem estruturado, visando à promoção do ensino-aprendizagem e do bem-estar.

Bem definido o papel de cada agente escolar, a gestão deve incentivar uma relação satisfatória, sempre instigando a boa convivência entre todos aqueles que compõem a instituição escolar, difundindo uma política de solidariedade e respeito mútuo, pois segundo Cury (2010), a escola é o lugar de solucionar os conflitos por meio da palavra.

Para que ocorra uma educação eficiente, capaz de transformar a realidade do aluno, a escola por meio do gestor e da equipe pedagógica deve sempre criar mecanismos que possam introduzir a comunidade, a família e a escola,

a atuarem de forma a favorecer o processo de ensino-aprendizagem, pois essa relação precisa ser recíproca.

No contexto sociocultural da cidade, surgem alguns pontos que chamam a atenção: violência, desestruturação da família, indisciplina, tráfico e consumo de drogas, desemprego, prostituição infantil, corrupção. Uma das instituições mais atingidas pelas transformações atuais é a família fazendo com que muitos pais não consigam educar seus filhos e, por sua vez os filhos não valorizam os pais.

Nessa perspectiva, tais situações, conflitos e deficiências que possam permear o ambiente escolar, e que possam envolver aluno, professor, diretor e demais funcionários, por sua vez são questões que precisam ser pensadas e decididas de forma a não comprometer a instituição, bem como seus integrantes.

Como em qualquer outra escola, a Escola Municipal Milagrosa, não está isenta de situações de conflitos, (entre aluno-aluno, professor-professor, professor-gestão), e problemas que surgem no dia a dia.

Assim, eventuais problemas devem ser resolvidos por meios de conversas, reuniões e medidas socioeducativas, nas quais sempre precisa transparecer e prevalecer o respeito, mas de forma que os erros e problemas possam ser sanados. E se houver necessidade, a escola está apta a contar com ajuda externa, de órgãos como: Conselho Tutelar, Promotoria, dentre outros.

Segundo Cury (2010) a elaboração das regras internas da escola devem incentivar as formas dialógicas como forma de superação de tensões e conflitos, esgotando-se todos os recursos pedagógicos antes de se aplicarem eventuais sanções disciplinares.

7. AVALIAÇÃO

A palavra avaliação, tem um valor muito singular e forte, a qual atribui um mérito ao objeto em estudo, e que, por sua vez está sendo muito utilizada no decorrer do processo de ensino aprendizagem dos alunos no contexto escolar.

Segundo Navaro (2010) para avaliar algum objeto é preciso ter definido os critérios de avaliação, pois se esses critérios não forem bem definidos, não se sabe como proceder na avaliação, o que pode prejudicar o avaliado.

A avaliação na educação infantil é definida a partir da concepção de desenvolvimento integrado, e assim deve ser processual acontecendo de forma sistemática e contínua. Seu acompanhamento e registro têm objetivos de diagnóstico e não de promoção ou retenção, exigindo a redefinição das estratégias metodológicas utilizadas com as crianças de 0 a 5 anos de idade. Nas proposições de Souza (2010) a avaliação serve para analisar o desenvolvimento dos alunos, bem como para observar o desenvolvimento do professor. Pois é preciso que ocorra essa troca de experiência, já que há casos em que é o professor que precisa aprimorar sua prática.

A divulgação dos resultados avaliativos ocorre de forma bimestral, sendo entregue aos pais e alunos, por escrito. Utilizando-se de conceitos, a escola informa também as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado oferecido. Os instrumentos utilizados são: avaliação diagnóstica inicial e final; trabalhos; pesquisas e observações realizadas individualmente, em dupla ou em grupos.

Os conceitos de cada bimestre são baseados em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos, pois a escola prioriza uma avaliação contínua, a qual tende acompanhar o desenvolvimento do aluno para sanar suas deficiências no decorrer do estudo. O conceito A (excelente) objetiva um êxito no processo entre 80% a 100%; o conceito B, (bom) indica um resultado satisfatório, numa média de 60% a 70%; enquanto conceito C (regular) o qual o aluno alcançou a média global.

Os estudos de recuperação da aprendizagem serão oferecidos de forma continuada e paralela ao longo do período letivo durante o processo de aprendizagem sob a responsabilidade do próprio professor. Ou seja, a recuperação ocorrerá concomitantemente com o processo educativo, garantindo ao aluno a superação de dificuldades no seu processo escolar.

A escola buscará durante o período letivo, alternativas pedagogicamente adequadas para viabilizar as atividades destinadas a assegurar o domínio dos conhecimentos básicos aos alunos que não tiverem atingido o nível de aproveitamento esperado através do Projeto de Intervenção Pedagógica.

Estabelecer critérios mais, ou menos, rigorosos de avaliação não é tarefa difícil. Difícil é saber trabalhar com os resultados obtidos, de modo a

constituir instrumentos de análise que permitam intervir no processo de ensino aprendizagem no momento mesmo que ele está ocorrendo. (SOUZA, 2010, p. 2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o processo de aquisição do conhecimento formal ocorra de forma satisfatória é preciso promover uma parceria entre escola e família. Ambos terão papéis primordiais na formação do aluno, pois o aluno precisa de apoio da família, da escola e do professor, na aquisição do conhecimento.

Enfim, para que a aprendizagem ocorra de forma sucinta e eficaz, requer um trabalho metodológico entre docente e demais funcionários, sempre levando em conta o histórico do aluno e a partir desses dados desenvolverem projetos e ações que possam envolver toda a sociedade, estimulando a potencialidade do aluno e desenvolvendo suas habilidade e competências.

Portanto, o gestor deve promover medidas democráticas e sociais que viabilizem essa integração e transparência no percurso educacional, sempre priorizando o processo de ensino-aprendizagem, o qual necessita de uma excelente equipe pedagógica que possa auxiliar na construção do saber.

Diante dessa realidade, percebe-se que a Escola Municipal Milagrosa, precisa se empenhar numa estrutura mais adequada e democrática, sendo válido destacar a necessidade de implantar o programa de escola de tempo integral e direcionar uma atenção maior ao portador de necessidades especiais. Bem como aprimorar os equipamentos didáticos e incentivar os docentes a participar das capacitações e atualizações, sempre visando o bem da escola e de toda a comunidade. Também é preciso investir mais recursos financeiros, os quais são necessários e indispensáveis para o andamento da escola.

Finalizando essa etapa, pode-se afirmar que é preciso que esse documento possa ser lido, revisado e discutido pelos profissionais em educação, pela equipe administrativa e municipal, procurando enfatizar melhorias, bem como futuras modificações, sempre acompanhando o contexto atual, vivenciado pela sociedade de Santo Antônio de Jacinto.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. MORAU, José Manuel. MASSETO, Marcos. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Gestão da Educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução. CNE/CEB. 2001.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo** . Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002. . Diário Oficial da União, Brasília, DF.

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades**, 2010. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ppgec/dissertacoes/proposicoes/proposicao_jairocarlos.pdf>. Acesso em: 19/05/13.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em: 17/05/2013

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em: 18/05/2013

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>> Acesso em: 10/05/2013

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www..org/curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em : 19/05/2013

MINAS GERAIS, Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 443, de 2001. **Dispõe sobre a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais**, através Capítulo I, artigo 2º.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em: 05/05/2013

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto**, 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em 07/05/2013

ROCHA FILHO, J. B.; BASSO, N. R. S.; BORGES, R. M. R. **Transdisciplinaridade: a natureza íntima da educação científica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SANCHO, Juana Maria; HERNANDEZ, Fernando e colaboradores. [et. al]. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SOARES, M. Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: Soares, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntico, 1998 a, p. 61-125.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição**, 2010. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 10 de maio de 2013.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar.** São Paulo: Cortez, 2005, 286p.